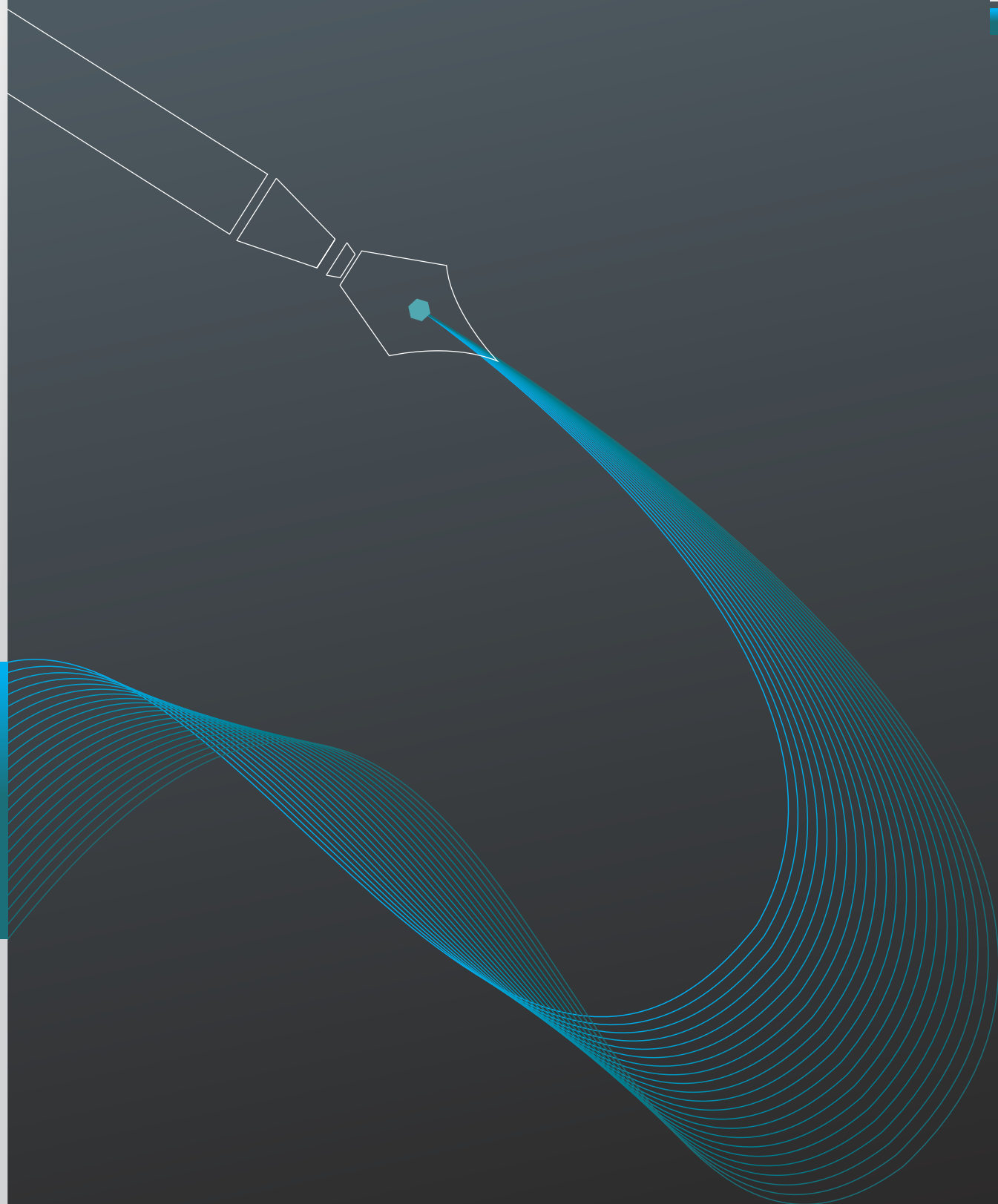




Informativo ESMAT

Informativo Oficial da Escola Superior da Magistratura Tocantinense
julho a dezembro de 2014 - Ano 4 - Número 08



traçando novos rumos
na educação corporativa

Palavra do Diretor Geral da ESMAT

Desembargador Marco Villas Boas



O conceito de educação corporativa desperta grande interesse nas organizações que estão cada vez mais preocupadas com a qualidade dos serviços prestados. Diante disto a temática da aprendizagem organizacional, já bastante estudada na teoria das organizações, cresce em importância nos dias de hoje na razão direta da relevância, cada vez maior, do desenvolvimento de novos conhecimentos, bem como da capacitação e aprimoramento da força de trabalho.

Ciente de que o processo de formação deve ser contínuo e eficaz a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, durante o segundo semestre de 2014, realizou diversas atividades acadêmicas, como cursos de capacitação e aperfeiçoamento, cursos de pós-graduação, congressos, seminários, fóruns, workshops e ciclos de debates que favoreceram a aprendizagem e a qualificação de magistrados e servidores do Poder Judiciário tocantinense.

O Poder Judiciário do Tocantins avança cada vez mais em busca de uma prestação jurisdicional eficaz, com o objetivo de contribuir para uma sociedade mais justa e democrática. A Escola Superior da Magistratura Tocantinense consciente da sua missão que é formar e aperfeiçoar magistrados e servidores em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional, encerra 2014 ainda mais preparada para os novos desafios.

Conselho Institucional e Acadêmico

Presidência do Conselho
Desembargador Moura Filho

Diretoria Geral da ESMAT
Desembargador Marco Villas Boas

1ª Diretoria Adjunta - Conselho Editorial
Desembargador Ronaldo Eurípedes

2ª Diretoria Adjunta - Conselho de Cursos
Juiz José Ribamar Mendes Júnior

3ª Diretoria Adjunta - Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica
Juiz Helvécio de Brito Maia Neto

Presidência da ASMETO
Juiz Roniclay Alves de Moraes

Diretoria Geral do TJTO
Flávio Leali Ribeiro

Expediente

Ano 4, 2º Semestre 2014

Redação: Irla Honorato
Edição: Irla Honorato, Lily Sany Leite
Arte e Diagramação: Roberto Pires
Revisão Ortográfica: Maria Ângela B. Lopes

Fotógrafos: Vinícius Barboza, Ednan Cavalcante
Supervisão: Lily Sany Leite
Tiragem: 1000
Impressão: Capital Gráfica

DIRETOR GERAL DA ESMAT PARTICIPA DA ORGANIZAÇÃO DO 7º ENCONTRO MUNDIAL DAS ESCOLAS DA MAGISTRATURA

Aconteceu no dia 31 de outubro de 2014, no Tribunal de Justiça de São Paulo, a reunião da Diretoria Executiva do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM). A pauta principal da reunião foi a 7ª Edição do Encontro Mundial das Escolas da Magistratura, a ser realizado, pelo Copedem em Recife, Pernambuco, em novembro de 2015.

Estiveram presentes o presidente do Colégio Permanente de Diretores das Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) desembargador Antonio Rulli Junior, o vice-presidente do Colégio Permanente de Diretores das Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), desembargador Marco Villas Boas, o desembargador Marrey Uint, o desembargador Ruy Celso Barbosa Florence, e o diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), juiz Marcelo Piragibe. Os magistrados fazem parte do conselho executivo do comitê que está preparando o Evento. O Encontro Mundial das Escolas da Magistratura tem a finalidade de promover o diálogo internacional entre os juízes e aprofundamento de temas relacionados à formação e aperfeiçoamento da magistratura.



"ESMAT É EXEMPLO PARA O PODER JUDICIÁRIO DO BRASIL" DESTACOU O CONSELHEIRO DO CNJ

Em outubro de 2014, o conselheiro do CNJ, Fabiano Augusto Martins da Silveira, visitou a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), acompanhado da presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Ângela Prudente; do diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas; e do 3º Diretor Adjunto do Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica, desembargador Helvécio de Brito Neto. O Conselheiro conheceu todas as dependências da Esmat e aproveitou a oportunidade para parabenizar a todos pelo belíssimo trabalho. Na sequência, gravou no estúdio da Esmat uma mensagem que foi transmitida para as Comarcas do Estado, destacando que "A Escola da Magistratura do Estado do Tocantins é indiscutivelmente um exemplo para o Poder Judiciário do Brasil".

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO RECREDENCIA A ESMAT

A Esmat recebeu nos dias 13 e 14 de outubro de 2014, a Comissão de Verificação do Conselho Estadual de Educação. A visita técnica, para fins de credenciamento da Escola, analisou nove dimensões: a missão e o projeto pedagógico institucional (PPI); a política para o ensino (Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu); a pesquisa - a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção científica, a responsabilidade social da instituição - a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal, do corpo docente e corpo técnico-administrativo; a organização e gestão da instituição; infraestrutura física; políticas de atendimento aos discentes e sustentabilidade financeira.



No dia 29 de dezembro de 2014, o Governador do Estado do Tocantins, firmou, por meio do Decreto nº 5.180, publicado no Diário Oficial nº 4.286, página 23, o credenciamento da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), pelo prazo de cinco anos, a fim de ministrar cursos de pós-graduação Lato Sensu na área de Ciências Jurídicas, na modalidade presencial.

DIRETORIA EXECUTIVA DO COPEDEM REALIZA VISITA INSTITUCIONAL AO IICS



Em novembro de 2014, a Diretoria Executiva do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) realizou visita institucional ao Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS). Estiveram em visita o presidente e vice-presidente do Copedem, os desembargadores Antonio Rulli Junior e Marco Villas Boas, respectivamente, com vistas a firmar parcerias futuras para realização de cursos na área do Direito. Também participaram da visita Nélio Póvoa Neto e Ana Cláudia Karam, diretora da Escola de Direito. A Instituição se destaca pela metodologia de ensino que adota o Método de Estudo de Caso de Harvard. O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas destacou "tratar-se da melhor instituição formadora de juristas, centro de excelência acadêmica no ensino do Direito, aliada a um corpo docente composto por professores de referência nacional e internacional, e uma estrutura física do mais alto nível".

PROGRAMA DE GESTÃO DA QUALIDADE ISO 9001/2008

Em outubro de 2014, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) iniciou o trabalho de orientação para o desenvolvimento e implantação de Programa de Gestão da Qualidade, com o intuito de conduzir e acompanhar sistematicamente os procedimentos relativos à Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade nos moldes da Norma ISO 9001/2008, cuja meta é delimitar a gestão acadêmica e escolar. Durante sete meses serão realizados encontros da equipe da Esmat com a empresa IB Consulting Ltda visando preparar os serviços de gestão educacional para a certificação de seus processos. A principal finalidade das reuniões realizadas nos meses de outubro e novembro foi o de desenvolver e implantar o planejamento estratégico e mapeamento dos processos necessário à obtenção de certificação ISO 9001:2008 no âmbito da Esmat; análise e melhoria dos processos; elaboração de indicadores de desempenho; padronização das rotinas de trabalho; e desenvolvimento de sistemas de avaliação de elaboração de propostas de ajustes, permitindo a melhoria contínua das atividades administrativas da Escola.

DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS REALIZA CONFERÊNCIA NO XXXVIII COPEDEM

Realizado no período de 11 a 13 de dezembro de 2014, o Encontro contou com a participação de Diretores das Escolas Estaduais da Magistratura de todo o país. A conferência de abertura teve como tema "O Ensino Profissionalizante nas Escolas de Governo" e foi conduzida pelo conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE) Luiz Roberto Liza Curi, participaram como debatedores o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) Luiz Edmundo Marrey Uint, e o diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), desembargador Claudio Dell'Orto.



No dia 13 de dezembro o desembargador Marcos Villas Boas, ministrou a conferência "As Escolas de Magistratura e a Formação Profissionalizante". Presidente em exercício do Copedem, o desembargador Marco Villas Boas, deu início ao debate comentando sobre as escolas de magistratura e a formação profissionalizante. "O Judiciário trabalha por uma sociedade melhor, para que as pessoas sejam mais felizes, para que a gente preste um serviço melhor à comunidade. Estamos preocupados em formar professores para universidades, sejam estaduais, federais ou particulares. É importante a participação da magistratura dentro da academia para levar um pouco do Judiciário e da jurisdição para o conhecimento tanto dos professores quanto dos alunos", frisou o desembargador.

CURSO IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Com o tema "Ações de Improbidade Administrativa e Ações Cíveis Públicas" a segunda edição do curso contou com a participação de vinte e quatro magistrados. O objetivo do curso foi o de capacitar magistrados a respeito de questões teóricas e práticas sobre Ações de Improbidade Administrativa e Ações Cíveis Públicas, com exposição de casos concretos para análise e elaboração de estratégias, a fim de dar celeridade ao trâmite dos processos dessa área, objetivando o cumprimento das Metas 4 e 6 do Conselho Nacional de Justiça. Coordenado pela juíza Adelina Gurak, gestora das Metas 4 e 6, a segunda edição contou com a participação do instrutores e facilitadores: juízes convidados Alexandra Fuchs de Araújo (TJSP); Alexandre Machado de Oliveira (TJAL); Diego Fernandes Guimarães (TJPB); Geraldo Antonio da Mota (TJRN); e Ricardo Chimenti (TJSP). Ao final do curso foram elaborados e aprovados enunciados com objetivo de auxiliar os magistrados no momento de decidir a cerca dos processos de Improbidade Administrativa e Ações Cíveis Públicas.



CURSO METODOLOGIA CIENTÍFICA PARA A FORMAÇÃO DE PESQUISADORES

O curso teve como objetivo principal desencadear ações de pesquisa no âmbito do Poder Judiciário e fixar diretrizes para que servidores e magistrados estudem temas que venham melhorar a prestação jurisdicional e tenham como resultado Projetos de Pesquisa, os quais possibilitarão os participantes se inscreverem nos processos seletivos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Realizado na modalidade semipresencial, o curso possibilitou aos alunos acessar o ambiente virtual de aprendizagem da Esmat, em qualquer horário e local, e realizar as atividades propostas, como fóruns, chats, leitura e produção bibliográfica, além de pesquisas. As aulas foram ministradas pelos professores: Gisela Maria Bester, doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina; Patrícia Medina, doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás; e Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira, doutorando em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília.

CURSO FORMAÇÃO DE CONCILIADORES VOLUNTÁRIOS

A Semana Nacional da Conciliação consiste na disponibilização de todos os recursos do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, para auxiliar pessoas a construírem consenso sobre a desavença que as trouxeram ao judiciário, com o objetivo principal de difundir a conscientização da conciliação para a solução dos conflitos e de aproximar a sociedade da justiça. O Programa de Formação de 2014 teve início em novembro, no auditório do Tribunal do Juri do Fórum de Palmas, e contou com a participação de cento e vinte voluntários, dentre servidores, profissionais e acadêmicos das áreas do Direito, Psicologia e Serviço Social. O Coordenador da Central de Conciliação de Palmas, Juiz Nelson Coelho Filho, abriu oficialmente o evento e ressaltou que "Desde 2008 tentamos difundir essa prática. A Conciliação e a Mediação são alternativas para resolver a morosidade do Judiciário". Durante o evento foi apresentado o vídeo de divulgação da Semana Nacional da Conciliação, produzido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) com a participação do Juiz Gilson Coelho Valadares e da servidora Andréia Marinho, como atores voluntários.





CURSO JUIZ E MÍDIA: ASPECTOS DO MEDIA TRAINING

Realizado em agosto de 2014, o curso contou com a participação de vinte e dois magistrados do Poder Judiciário Tocantinense. O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, realizou a abertura oficial do curso. A presidente do TJTO, também presente na abertura, ressaltou que "O curso Juiz e Mídia faz parte da programação de 25 anos do Tribunal de Justiça". Na sequência, o coordenador do Curso, juiz Wellington Magalhães, proferiu palestra sobre o interesse da mídia pela magistratura.

O curso foi ministrado pelas professoras Adriana Rocha Dutra Vilela, coordenadora de Mídia Impressa do Conselho da Justiça Federal (CJF), e Dione Aparecida Tiago, coordenadora de Jornalismo do Centro de Produção da Justiça Federal (CPJUS). Com a finalidade de proporcionar aos magistrados o aprimoramento e reflexão objetiva e realista dos meios de comunicação social e do trato com a imprensa em geral e jornalistas, as professoras trouxeram o Circuito de Mídia, no qual os juizes puderam vivenciar na prática como dar entrevistas para os seguintes veículos de comunicação: TV, rádio, coletiva, e-mail/impresso, além de participarem da Oficina de Crise, na qual debateram temas delicados relacionados ao Judiciário.

No decorrer do curso foram abordados temas como: Teoria da comunicação; Linguística e direito; Problematização das relações entre mediar, reproduzir e produzir discursos; Simular situações de crise; Implementar produtos de comunicação corporativa; Mediar resultados de mensagens corporativas; Estruturas de comunicação centralizadas e descentralizadas; Canais formais e informais de comunicação interna; e Integração de recursos humanos e ferramentas de comunicação.

CURSO EXTENSÃO SISTEMA PENAL E DIREITOS HUMANOS

O curso contou com a participação de magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense, membros e servidores de órgãos parceiros da Esmat, estudantes e profissionais diversos. O curso foi ministrado pelos professores doutor Tarsis Barreto e doutor Paulo Sérgio, e teve como finalidade: Promover estudo crítico sobre o Direito Penal e os Direitos Humanos; Instrumentalizar e aprofundar conceitos relacionados com o Direito e a Filosofia; Aprofundar conhecimentos sobre os Direitos Humanos, bem como os mecanismos para a sua efetivação; Proporcionar aos discentes instrumentos para a efetiva compreensão e aprendizagem do Direito Penal e dos Direitos Humanos; Familiarizar os estudantes com os termos e conceitos próprios à Ciência Penal, aplicando-os nas construções teóricas e práticas em sala de aula.



CURSO REDAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS

As ementas são a síntese dos julgamentos colegiados dos tribunais, fundamentais para a compreensão, pelos advogados e jurisdicionados, da solução da controvérsia. Com o intuito de contribuir no aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de ementas, ocasionando melhorias nos serviços prestados à sociedade, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) ofereceu o curso Redação de Ementas Jurisprudenciais. O curso contou com a presença de sessenta participantes, dentre eles, assessores de desembargadores, analistas judiciários da equipe de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e assessores das turmas Recursais do Fórum de Palmas.

As aulas foram ministradas pelo professor titular, do Departamento de Informação da UNESP, José Augusto Chaves Guimarães, doutor em Ciência da Informação. No decorrer do curso foram abordados os temas: Elementos de Condensação Documental: a macroestrutura textual e a questão do resumo; Categorias Temático-Estruturais do Acórdão: fato, instituto jurídico, entendimento e argumentação; Conceito e Funções da Ementa Jurisprudencial; Estrutura Textual da Ementa Jurisprudencial: cabeçalho e dispositivo; Estrutura Lógica da Ementa Jurisprudencial: tipologias para construção do enunciado; Elementos Linguísticos para a Construção de Ementas Jurisprudenciais: afirmação, análise prévia, clareza, coerência, concisão, correção, independência, precisão, proposição, objetividade e seletividade.



CURSO PORTUGUÊS: REVISÃO GRAMATICAL E REDAÇÃO OFICIAL

Realizado em setembro de 2014, o objetivo principal do curso foi o de promover o aperfeiçoamento linguístico e redacional de cada participante, como articulador da linguagem de sua vivência social e profissional.

Com a participação de cinquenta alunos, divididos em duas turmas no período matutino e vespertino, as aulas foram ministradas de forma expositiva, utilizando os recursos de multimídia, e exercícios, como instrumentos de fixação das regras gramaticais. Em cada aula, foi realizada a revisão e adequação do aprendizado, de forma interativa, de tal forma que foram feitas sessões de tira-dúvidas dos temas mais complexos; e sempre um treino ortográfico para atualização linguística.

As aulas foram ministradas pela professora especialista Maria Ângela Barbosa Lopes, servidora da Esmat, que abordou temas como: Aprimoramento ortográfico; Revisão das palavras hifenizadas e sua adequação aos textos de rotina institucional; Retomada das palavras homônimas e parônimas; Adequações linguísticas ao contexto profissional; Análise e Prática: a partir da necessidade de ler e interpretar bem uma mensagem, até a possibilidade de produzir textos com clareza e objetividade, tanto ao público interno quanto externo, aplicando o direcionamento da área profissional de atuação.



CURSO MAGISTRATURA: UMA PROFISSÃO EM MUTAÇÃO

A democratização do país, a expansão dos direitos e a ampliação do acesso à justiça, fez com que a magistratura ganhasse enorme visibilidade e expondo-a a um exame público extremamente detalhado. Com o intuito de proporcionar aos magistrados tocantinenses a compreensão dessas transformações e seu impacto na profissão, fundamentais para repensar o ofício judicante e adequá-lo às crescentes demandas que se apresentam ao judiciário, a Escola realizou, em setembro de 2014, o curso Magistratura: uma Profissão em Mutação.

Ministrado pelo professor doutor Roberto da Silva Fragale Filho, juiz do Trabalho Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti, o curso contou com a participação de trinta magistrados do Poder Judiciário Tocantinense. No decorrer do curso, foram abordados os temas: Poder Judiciário e Democracia: o papel do judiciário nas democracias contemporâneas; Reforma do Judiciário: a Emenda Constitucional 45, de 2004; Conselho Nacional de Justiça (CNJ): a difícil distinção entre as esferas judicial e administrativa; Profissões Jurídicas e Globalização: o impacto de um novo ambiente profissional; Novas Configurações Profissionais: um exercício comparativo entre a advocacia e a magistratura; Qualidade Profissional: a construção de uma métrica avaliativa e o impacto do quantitativismo; Escolas Nacionais: ENFAM e ENAMAT; Sistema de Formação Inicial: o concurso público e a formação inicial; Sistema de Formação Continuada: o papel das escolas de magistratura; Magistratura e Sociedade: qual juiz para qual sociedade?; Magistratura e Usuários da Justiça: qual relacionamento com os usuários da justiça?; Magistratura e Jurisdição: qual prática profissional para os juízes?

CURSO GOVERNANÇA DE TI COM FUNDAMENTOS DE ITIL® 2011 E COBIT 4.1

Considerando que a Governança de TI está relacionada ao desenvolvimento de um conjunto estruturado de competências e habilidades estratégicas para profissionais de tecnologia da informação responsáveis pelo planejamento, implantação, controle e monitoramento de programas e projetos de governança, o objetivo do curso foi o de prover aos participantes a compreensão sobre a ITIL® Edição 2011 e COBIT 4.1, seus processos e funções, principais atividades, conceitos e integrações. Com carga horária total de quarenta horas, as aulas foram ministradas pelo professor José Oscar Maturano Moreira, bacharel em Matemática com ênfase em Computação; consultor independente com experiência de 28 anos em ambiente de TI. O curso contou com a participação de quarenta servidores da área de tecnologia da informação e comunicação do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO).

CURSO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E CADASTROS NACIONAIS DE ADOLESCENTES



Realizado em novembro de 2014, o curso objetivou discutir e analisar as mais recentes inovações legislativas e processuais, em matéria de infância e juventude, com o advento da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, e capacitar os participantes quanto à alimentação dos cadastros nacionais de adolescentes em atendimento a Resolução nº 188, de 28 de fevereiro de 2014 do CNJ. O curso contou com a participação de quarenta e cinco alunos dentre eles magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense que atuam nos Juizados Especiais da Infância e Juventude, nas comarcas de Araguaína, Gurupi e Palmas, e nas demais Varas Cíveis das Comarcas do Estado do Tocantins. As aulas foram ministradas pelos professores: José Dantas Paiva, juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, mestre e doutorando pela Universidade Del Pais Vasco (Espanha); e João Francisco de Sousa, secretário executivo da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Rio Grande do Norte, especialista em Direito Processual Civil pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI/RN).

CURSO METODOLOGIA DO GERENCIAMENTO DE PROCESSO

Promovido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), o objetivo do curso foi o de capacitar os participantes no Gerenciamento de Processos, facilitando o nivelamento do conhecimento dos profissionais do Tribunal de Justiça em relação às suas atividades.

Realizado em outubro de 2014, na sede da Esmat, o curso abordou temas como: Fundamentos de Gerenciamento de Processos; Cadeia de Valor; Metodologia de Gerenciamento de Processos; Oficina de Gerenciamento de Processos (Case Study). As aulas foram ministradas pelo professor Anderson Soares Furtado Oliveira, assessor de gestão estratégica, Business Process Officer; advogado; especialista em Docência Superior.



CURSO DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Orientar os servidores que atuam na área e atividades administrativas financeira fornecendo subsídios para gerenciamento de contratos, de uma forma eficiente e eficaz foi o propósito do curso Desoneração da Folha de Pagamento. O conteúdo ministrado orientou os alunos sobre a composição de custos, precificação e repactuação, bem como a apresentação de etapas de elaboração da planilha de formação de custos da contratação, detalhamento dos procedimentos de acompanhamento dos contratos, com vistas à repactuação de preços, por ocasião da prorrogação de prazos contratuais, previstos no artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 e discussão da legislação trabalhista e tributária vigente e sua aplicação efetiva nas contratações dos serviços continuados e cálculo dos efeitos financeiros da desoneração da Folha de Pagamento regulamentada pela Lei 12.546.

As aulas foram ministradas pelo professor: Thiago Bergmann de Queiroz, mestre em Administração pela UnB - Universidade de Brasília; Atuação na área de exame de contas eleitorais e partidárias, auditoria interna, compras e licitações, em especial, na análise de custos e formação de preços no Tribunal Superior Eleitoral; Atuação na área de estratégia para segmento e distribuição, desenvolvendo análises e projetos baseados em informações de clientes.

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU E STRICTO SENSU

O Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos é resultado da parceria entre o Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT), por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Com a ótica de buscar soluções jurídicas eficazes e apropriadas que venham ao encontro do interesse público e com a preocupação de contribuir para que servidores e magistrados saibam pensar de forma crítica e tenham sensibilidade para lidar com os dramas humanos, o Mestrado tem área de concentração em Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos e duas linhas de pesquisa que tratam da Efetividade das Decisões Judiciais e Direitos Humanos e Instrumentos da Jurisdição, acesso à Justiça e Direitos Humanos. Com o objetivo de dar continuidade ao processo de qualificação dos profissionais que exercem suas atividades no âmbito da Prestação Jurisdicional e dos Direitos Humanos foi lançado em novembro de 2014 o processo de inscrição para a terceira turma (2015-2016). Ao todo foram disponibilizadas cinquenta vagas, vinte e cinco por turma, para magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; professores e servidores da Universidade Federal do Tocantins; e profissionais atuantes no sistema de Justiça no âmbito da Prestação Jurisdicional e dos Direitos Humanos. Atualmente a Escola Superior da Magistratura Tocantinense está com duas turmas do Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos em andamento, e o início das aulas da terceira turma está previsto para fevereiro de 2015.



Em 2014 o Tribunal de Justiça por meio da Esmat ofertou cento e sessenta vagas para os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Os cursos objetivam desenvolver a capacidade de compreensão crítica das problemáticas relacionadas às áreas dos cursos; desenvolver o conhecimento de questões interdisciplinares sob a ótica jurídica, cujos reflexos importam na compreensão dos fenômenos complexos retratados nas áreas dos respectivos cursos; capacitar os profissionais do Poder Judiciário ao exercício consciente e democrático de suas funções; aperfeiçoar a capacitação de membros do Tribunal de Justiça e outros profissionais para atuação em padrão de excelência; proporcionar os fundamentos teóricos e metodológicos para a produção científica; aprofundar temas que envolvam a prática e demais situações instauradas a partir dos avanços tecnológicos; permitir adequada compreensão globalizada e crítica dos temas relacionados às áreas dos cursos, à luz da Constituição da República; conferir, mediante as exigências acadêmicas do programa, o grau de especialista aos alunos que obtiverem êxito nos cursos. Em junho de 2014, iniciaram as aulas da pós-graduação em Criminologia e Ciências Criminais; em agosto de Direito Público; e no mês de setembro de Teoria da Decisão Judicial.



CURSO CAPACITAÇÃO SOBRE AS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS

Realizado na modalidade à distância, com transmissão via satélite para as quarenta e duas Comarcas do Estado, o curso contou com a participação de magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense. Com carga horária de vinte e quatro horas, o curso debateu temas como: Resolução 12/2006 do CNJ (cria o Banco de Soluções do Poder Judiciário); Resolução 46/2007 do CNJ (cria as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário); Tabelas Processuais Unificadas do CNJ viabilizando o cadastramento, a (re) distribuição, a autuação ou a alteração da classificação dos feitos pelos serventuários; Rotinas cartorárias dentro do e-Proc para movimentação dos processos judiciais nos moldes da Tabela de Movimentos do Poder Judiciário; Atos judiciais que movimentam os processos nos moldes da Tabela de Movimentos do Poder Judiciário. As atividades do curso, o acesso ao material didático e a interatividade entre os participantes foram realizadas via ambiente virtual de aprendizagem da Esmat. As aulas foram ministradas pela professora Kellen Cleya dos Santos Madalena Stakoviak, especialista em Direito Tributário pela Universidade do Tocantins - UNITINS (2009), especialista em Administração Pública com ênfase em Administração do Judiciário pela Esmat (2014), mestranda em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela UFT em parceria com a Esmat (2015).



ESMAT REALIZA XXXVII ENCONTRO DO COPEDEM

Com o tema "O Ensino à Distância nas Escolas Judiciais e da Magistratura" o XXXVII Encontro foi realizado no período de 28 a 30 de agosto de 2014, na sede da Esmat. O Evento contou com a participação de diretores de Escolas Estaduais da Magistratura, representantes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM); Escola Nacional de Magistratura (ENM); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Conselho Nacional de Educação (CNE); e Supremo Tribunal Federal (STF). O Encontro é considerado um importante espaço para debates e troca de experiências, com o propósito de aproximar e alinhar as ações das Escolas da Magistratura, sempre com vistas à excelência da prestação jurisdicional. Além de defender os princípios e funções de todas as Escolas, o Copedem uniformiza as atividades acadêmicas no estudo do Direito, colaborando para o desenvolvimento intelectual do magistrado e do servidor e para o fortalecimento das respectivas instituições.

O último dia do Encontro foi marcado pela palestra do ministro Ricardo Lewandowski, presidente eleito do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça. Ao falar aos magistrados o ministro Lewandowski reforçou a importância das Escolas para o desenvolvimento do Judiciário. "As Escolas da Magistratura não podem seguir o modelo das universidades, nós precisamos ensinar o magistrado a pensar estrategicamente, ver as coisas de forma sistemática, nós temos que nos voltarmos para o mundo moderno". E elogiou o trabalho desenvolvido no Tocantins, "Vejo que isso acontece aqui no Tocantins, estou bem impressionado com a Esmat, voltada para o futuro, para o magistrado do século XXI". O XXXVII Copedem foi encerrado com a Carta de Palmas, referendada por todos os integrantes do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM).



II CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS



O Programa de Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins (UFT), em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizou no período de 12 a 14 de novembro de 2014, o II Congresso Internacional de Direitos Humanos. Com o tema "Perspectivas Luso-Brasileiras de Direito Constitucional: A Efetivação dos Direitos Fundamentais nas Constituições do Brasil e de Portugal", o evento homenageou o professor doutor em Direito pela Universidade de Lisboa, Jorge Miranda.

Durante a abertura oficial do evento o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, falou sobre a importância dos debates para o engrandecimento da magistratura tocantinense e para toda a área do Direito. "Esse evento é ainda mais importante para a sociedade tocantinense e brasileira. O Tribunal de Justiça tem uma função precípua que é garantir direitos fundamentais, a todo o momento nós somos chamados a interpretar a Constituição para que esses direitos sejam efetivamente concretizados. Por isso, a ideia de trazer um dos homens mais importantes do constitucionalismo pós-moderno, que é o professor Jorge Miranda, o artífice da Constituição de Portugal de 1976 e que influenciou significativamente na Constituição do Brasil de 1988", disse. O professor Jorge Miranda foi o responsável pela conferência de abertura, com o tema, "A Justiça Constitucional como Garantia dos Direitos Fundamentais".

Com a participação de integrantes do Poder Judiciário, professores universitários, estudantes e sociedade em geral, a segunda edição do Evento contou com a marca expressiva de mil duzentos e setenta e seis inscritos em todo o Estado, e foi marcado pela realização de dez conferências, ministradas por mestres e doutores do Brasil e de Portugal; comunicações orais; think thanks; premiação do concurso de teses e dissertações; e homenagens como a outorga do Medalhão Esmat.



Depoimentos



É impossível mensurar, em tão breves linhas, a contribuição da Escola com o aperfeiçoamento intelectual e capacitação dos servidores e magistrados do Tribunal de Justiça, dos órgãos conveniados, dos profissionais liberais e sociedade em geral. O compromisso com a qualidade é marca registrada e, por certo, é isso que a diferencia e coloca entre as principais escolas nacionais, quiçá internacionais, mormente pela riqueza e profundidade das reflexões dos programas de pós-graduação stricto e lato sensu, além dos demais cursos oferecidos. O empenho da Direção e de toda a equipe da Esmat nas constantes iniciativas e melhorias do sistema de ensino tem refletido diretamente na excelência da prestação jurisdicional no Estado do Tocantins e atingido satisfatoriamente a missão assumida pela Escola.

Glacielle Torquato



A ESMAT proporciona aos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins oportunidades ímpares de qualificação, com cursos de alta qualidade, tendo sempre como diretriz principal a melhoria da prestação jurisdicional. Como aluna do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, posso afirmar que obtive novas perspectivas referentes à atividade judicante e vida pessoal, fruto da rica experiência vivida com os colegas e professores durante o curso.

Juíza Julianne Freire Marques

Diretoria Geral

Desembargador Marco Villas Boas

Diretoria Executiva

Ana Beatriz de Oliveira Pretto

Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Maria Luíza C.P. Nascimento

Assessoria Acadêmica e Pedagógica

Débora Regina Honório Galan

Equipe Técnica

Andréia Teixeira Marinho Barbosa, Anna Paula A. M. Falcão Coelho, Bruno Odate Tavares, Camilo Dácio Noletto, Cynthia Valéria C. Aires, Daniella Tavares de Sá, Ednan Oliveira Cavalcanti, Francisco Erasmo Batista, Gabriel Sousa Medrado, Gilson Onofre Medeiro, Grazielle Coelho Borba Neres, Irla Honorato Oliveira, Jadir Alves de Oliveira, João Leno Tavares Rosa, Lílian Gama da Silva, Lily Sany Silva Leite, Lucilene Aparecida da Silva, Marcos Adão Pereira Carneiro, Maria Ângela Barbosa Lopes, Mária Rúbia G. da Silva Abalém, Marcela Santa Cruz Melo, Mirna Gláucia R. da Silva, Neuton Pereira Melo Junior, Oderval Rodrigues Neto, Paulo Ricardo Nardes Marques, Roberto Carlos Pires, Silvânia Melo de Oliveira Olortegui, Sônia Cláudia Bezerra Sales, Tayla Pinto de Souza, Taynã Nunes Quixabeira, Thelni Veloso de Sousa, Vanice Lunkes Gotz, Vinícius Fernandes Barboza.